

# CEDI

## Povos Indígenas no Brasil

Fonte: Porantim Class.: Tupiniquim 121  
 Data: outubro 1993 Pg.: \_\_\_\_\_

### TUPINIKIM/GUARANI

# A luta por mais terra

Os índios Tupinikim e Guarani, localizados em Aracruz, Espírito Santo, decidiram lutar pela ampliação de suas terras. Estão propondo a anexação de 13.274 hectares, já que os atuais 4.491 hectares não são suficientes para a sobrevivência física e cultural destes povos.

Legalmente, eles têm direito a uma sesmaria (129.600 hectares), doada em 1610 por Francisco Aguiar Coutinho, então governador da Capitania do Espírito Santo, que foi demarcada em 1760 e confirmada em 1860, por Dom Pedro II.

Os 1.770 Tupinikim e Guarani, divididos em cinco aldeias, vivem confinados em três áreas descontínuas, ilhados por eucaliptos, em condições subumanas, lutando pela preservação de suas culturas e do meio ambiente, embora a fauna, a flora, os rios e córregos estejam em avançado processo de extinção, devido à implantação da multinacional Aracruz Celulose S/A, invasora das terras indígenas.

A ampliação proposta, apesar de não corresponder ao direito tradicional, possibilitará a reunificação geográfica das aldeias. Obviamente, esta condição geográfica e também geopolítica conferirá a estes povos melhores condições para a preservação e desenvolvimento de sua cultura, segundo suas próprias aptidões e desejos.

Buscando a regulamentação de sua proposta, os Tupinikim e Guarani realizaram, até o momento, as seguintes ações:

1) Articulação e viabilização do apoio de 32 entidades e organizações populares do Espírito Santo e do Brasil, bem como outras organizações internacionais;

2) Em Brasília, nos dias 6 e 7 de julho de 1993, representantes destes povos formalizaram a proposta junto aos órgãos federais (Funai e Procuradoria Geral da República), conforme documento protocolado na Funai sob o nº 1632/93;

3) Informação à sociedade brasileira através de coletiva realizada em Vitória, no dia 14 de julho, com participação das entidades e organizações populares do Estado, parlamentares e representantes do Governo Estadual;

4) No dia 2 de agosto, na Assembléia Legislativa do Estado, aconteceu a audiência de representantes Tupinikim e Guarani com os deputados federais do Espírito Santo Rita Camata, Armando Viola, Nilton Baiano, Roberto Valadão, do PMDB, e Lézio Sathler, do PSDB. Também fizeram-se presentes os deputados estaduais João Coser, Brice Bragato, Aloísio Krolling, do PT, e Renato Casagrande, do PSB, além de Dom Geraldo Lírico, bispo diocesano de Colatina, representantes da Secretaria de Justiça e Cidadania do Espírito Santo, entidades e organizações populares e do Greenpeace.

Nesta reunião foi definida a solicitação de uma audiência pública junto à Comissão de Minorias e Meio Ambiente da Câmara dos Deputados, onde estarão presentes repre-

sentantes indígenas e de organizações populares, bancada do PT e governo estadual.

Pela certeza da legitimidade desta luta, que é confirmada pela Constituição Federal, ficamos indignados com a antiga e cômoda justificativa da Funai, que alega falta de recursos humanos e financeiros para a resolução deste caso. Estamos apoiando as ações solicitadas pelos Tupinikim e Guarani e exigimos as providências governamentais necessárias.

Solicitamos de todos os leitores que enviem carta ou fax exigindo providências aos seguintes órgãos:

- Presidência da República - Palácio do Planalto, Praça dos Três Poderes, CEP 70150-900, Brasília - DF; Fax: 226-7566;

- Funai - SEUP Sul 702, Bloco A, Edifício Lex, 3º andar, CEP 70330, Brasília - DF; Fax: 226-8627;

- Procuradoria Geral da República - Gabinete do Dr. Aurélio Rios, SGAS 604, Lote 23, Sala 223, CEP 70200-901, Brasília - DF; Fax: 313-5444.

- Ministério da Justiça - Gabinete do Ministro, Esplanada dos Ministérios, Edifício-Sede, 4º andar, CEP 70064-900, Brasília - DF; Fax: 321-5145.

*Em solidariedade com a Causa Tupinikim e Guarani, Conselho Indigenista Missionário, Diocese de Colatina - Aracruz, Espírito Santo*